



Memorando nº 0005/2025-CM

Curitiba, datado eletronicamente.

Aos Srs. Chefes de Gabinete, NICS, AT e Divisões da Casa Militar.

**Assunto**: utilização do nº do CPF e do nº do RG dos servidores militares e civis da Casa Militar em documentos públicos.

Considerando a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados– LGPD), especialmente os princípios de minimização, necessidade e segurança definidos nos artigos 6º, 46 e 49;

- **2.** Considerando a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação LAI), sobretudo quanto ao tratamento das informações pessoais e sigilo dos dados pessoais;
- **3.** Considerando o Decreto Federal nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022, regulamentando os procedimentos e requisitos para expedição da nova Carteira de Identidade, dentre os quais, estabelece o número único baseado exclusivamente no Cadastro de Pessoas Físicas CPF:
- **4.** Considerando, em acordo com a Lei nº 14.534, de 11 de janeiro de 2023, a partir de 11 de janeiro de 2024, todos os órgãos expedidores deverão adotar o novo padrão da Carteira de Identidade;
- **5.** Considerando a orientação constante no Despacho nº 00093/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU, da Advocacia-Geral da União, referente, dentre outros assuntos, sobre Publicação de CPF em Transparência Ativa de forma Descaracterizada;



**6.** Considerando a manifestação do Encarregado de Tratamento de Dados da Casa Militar encartada no EP nº 23.635.199-8, quanto às diretrizes para uso do nº do CPF e do nº do RG, no âmbito deste órgão;

## 7. **DETERMINO** que:

- a) a indicação de documentos dos servidores militares e civis da Casa Militar seja baseada no nº do CPF, sendo que, por questões relativas ao sigilo de dados, ao serem incluídos em documentos públicos (tais como portais de transparência, publicações em diários oficiais e boletins), a descrição deve ser feita mediante a ocultação dos três primeiros dígitos e os dois últimos dígitos verificadores, conforme exemplo: CPF nº XXX.123.456-XX;
- b) nos casos que ainda demandem a utilização do nº do RG, nas questões relativas ao sigilo de dados, ao serem incluídos em documentos públicos (tais como portais de transparência, publicações em diários oficiais e boletins), a descrição deve ser feita mediante a <u>ocultação do primeiro ou dos dois primeiros números e o dígito verificador</u>, conforme exemplo: <u>RG nº X.456.789-X ou XX.456.789-X.</u>

Assinado eletronicamente
Cel. QOPM Marcos Antonio Tordoro,
Chefe da Casa Militar.





 $\label{locumento:memorandon.0005.2025CMRGCPF.pdf.} Documento: \\ \textbf{Memorandon.0005.2025CMRGCPF.pdf}.$ 

Assinatura Avançada realizada por: Cel. Qopm Marcos Antonio Tordoro (XXX.503.769-XX) em 13/03/2025 22:48 Local: CM/CHEFIA.

Inserido ao protocolo 23.635.199-8 por: Cap. Qopm Guilherme Zasevski Almeida em: 13/03/2025 15:45.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual  $n^{\varrho}$  7304/2021.